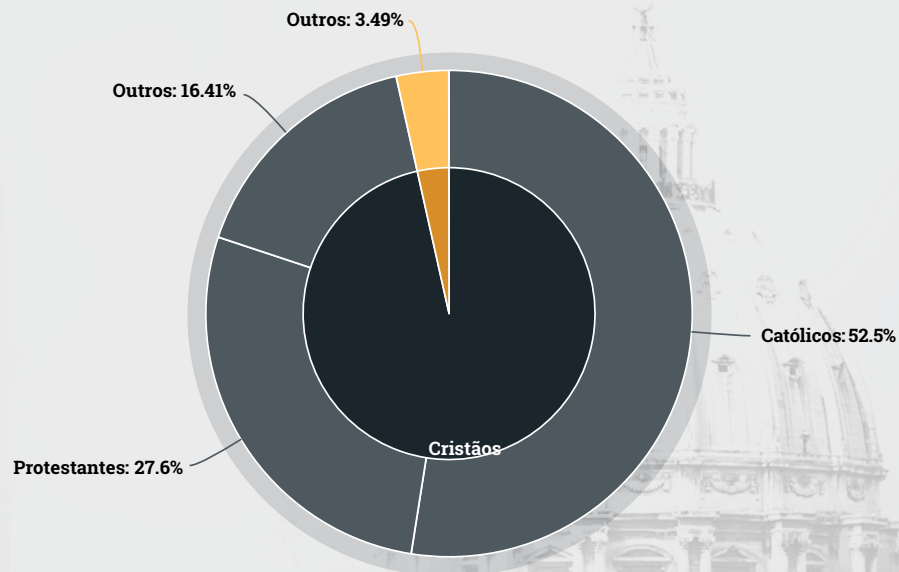


El Salvador



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição protege amplamente contra a discriminação religiosa. Assim: (a) garante o exercício dos direitos civis, sem restrições de nacionalidade, raça, sexo ou religião (artigo 3º); (b) em relação à liberdade de expressão, proíbe as empresas da comunicação social de discriminarem por motivos políticos ou religiosos o conteúdo do que é publicado (artigo 6º); (c) e no caso dos direitos do trabalho, proíbe a discriminação por motivos religiosos (artigo 38º); (d) em relação ao direito de associação, proíbe grupos armados baseados em interesses políticos, religiosos ou profissionais (artigo 7º) e no local de trabalho garante, entre outros, o direito de associação de empregadores e trabalhadores privados, sem distinção de credo (artigo 47º); (e) as escolas não podem negar admissão aos alunos com base no tipo de união dos seus pais ou tutores legais ou por causa de diferenças sociais, religiosas, raciais ou políticas (artigo 58º).

O artigo 25º da Constituição garante o exercício livre de todas as religiões, sujeito aos limites da moralidade e da ordem pública. Contudo, proíbe expressamente o uso de um ato religioso para estabelecer o estado civil.

Quanto à regulação do exercício do culto: (a) é dada especial consideração a encontros ou associações para fins religiosos, cujos direitos constitucionais não podem ser suspensos no âmbito de medidas de emergência (artigo 29º); (b) os ministros da religião não podem, entre outros, pertencer a partidos políticos, nem são elegíveis a cargos públicos (artigo 82º); (c) as entidades ou fundações civis ou eclesiais não podem ser proprietárias ou gerir bens imóveis, exceto no caso das propriedades que estão imediata e diretamente ao serviço ou são objeto da instituição (artigo 108º); (d) os templos e edifícios relacionados com uma função religiosa estão isentos de impostos sobre imóveis (artigo 231º).

Apenas os leigos podem ser eleitos para o cargo de presidente da República, tornar-se ministros do Governo ou ministros adjuntos, juizes do Supremo Tribunal, juizes dos tribunais de recurso, juizes de primeira instância, juizes de paz ou governadores.^[1]

O Código Penal impõe penas de prisão aos que ofenderem publicamente as crenças religiosas de outros e aos que destruírem objetos religiosos.

O Ministério do Interior tem autoridade para registrar, regulamentar e supervisionar o financiamento das organizações não-governamentais, das igrejas não católicas e de outros grupos religiosos. A lei isenta especificamente a Igreja

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_74_6.asp (acessado em 2 de Março de 2016).

Católica do registro. A maior parte dos pedidos de registro são aprovados, mas outros permanecem pendentes por causa da falta de informação necessária por parte dos requerentes. Até agora, nenhum pedido foi rejeitado.

A educação pública é secular. A Constituição garante o direito a estabelecer escolas privadas e religiosas sem interferência estatal.^[2]

INCIDENTES

Em agosto de 2014, a Igreja Católica de El Salvador expressou preocupação com a violência, a extorsão e várias formas de crime que afetam o país. A Igreja anunciou que iria cooperar com as autoridades governamentais, ao mesmo tempo que fortalecia a sua própria identidade e independência, para criar uma comissão com quatro representantes da Igreja, que deverão promover e trabalhar para um ambiente pacífico em El Salvador.^[3]

Em abril de 2015, porta-vozes de gangues (conhecidos como maras), que atormentaram o país com crimes e violência, pediram desculpa à sociedade pelos danos que causaram e ofereceram tréguas às autoridades civis. Tudo isto foi motivado pela beatificação do Arcebispo Romero, marcada para 23 de maio de 2015.^[4]

Em julho de 2015, a Conferência Episcopal Católica de El Salvador, reunida em Assembleia Ordinária, elogiou o povo Salvadorenho por seguir em frente, apesar da violência grave que prevalece no país. Os bispos apelaram às paróquias para que realizassem uma hora da adoração ao Santíssimo Sacramento todas as terças-feiras e sábados à tarde, pedindo o dom da paz para o país. Os bispos exortaram aqueles que escolhem a violência a mudarem a sua atitude e pediram às autoridades estatais para que actuem de forma responsável e evitem medidas que possam gerar maiores divisões na população.

Após a sua Assembleia Ordinária, realizada de 25 a 27 de Janeiro de 2016, os bispos emitiram uma mensagem semelhante na qual salientaram que a impunidade para os crimes não deveria ser normalizada.^[5]

Em outubro de 2015, um grupo de petionários que incluiam, entre outros, o Serviço Social Passionista de El Salvador

e a Igreja Anglicana de El Salvador, apresentaram-se perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos para pedir o aumento da ação governamental em nome dos cidadãos deslocados à força dentro do país como consequência das elevadas taxas de violência e pobreza, que afetam mais de 40% da população. Nessa ocasião, várias organizações referiram que El Salvador é um dos países mais violentos do mundo, enquanto representantes do Governo explicaram as medidas a serem implementadas para resolver os conflitos.^[6]

Em novembro de 2015, o Gabinete de Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador pediu ao Supremo Tribunal que anulasse uma resolução adotada em agosto de 2011 que impede a execução de um mandado de captura internacional contra os militares salvadorenhos envolvidos no assassinato de seis sacerdotes jesuítas há mais de vinte e seis anos.^[7]

A Igreja Católica exerce grande influência no povo Salvadorenho, desempenhando livremente os seus deveres, mesmo que tenha tido uma quebra no seu número de membros nos últimos anos.^[8]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em relação ao período em análise, nota-se que as organizações religiosas, como a Igreja Católica e a Igreja Anglicana, abordaram ativamente a violência grave e a pobreza que El Salvador tem vivido durante a maior parte da sua história recente. É especialmente visível que os jovens têm uma grande confiança nos grupos religiosos^[9] e que participam ativamente nas suas atividades. Isto é de grande importância num país onde os gangues, cuja maioria dos membros são menores de idade, desempenham um papel nos atos de violência.

Tal como no período anterior, o clima de violência prevalente no país de 2014 a 2016 não afetou o respeito pela liberdade religiosa. Neste sentido, a liberdade religiosa não piorou nem melhorou. No geral, dados os antecedentes de violência e pobreza que caracterizam a sociedade salvadorenha, pode concluir-se que esta liberdade não está especialmente ameaçada, o que pode ser interpretado como uma perspectiva positiva para a liberdade religiosa.

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238756.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[3] <http://www.arzobispadosalsalvador.org/index.php/18-noticias-y-eventos/326-mensaje-de-la-conferencia-episcopal-sobre-la-violencia> (acessado em 4 de Março de 2016).

[4] <https://es.zenit.org/articulos/el-salvador-maras-ofrecen-una-tregua-en-recuerdo-de-romero/> (acessado em 8 de Março de 2016).

[5] https://issuu.com/arzobispadosalsalvador/docs/mensaje_de_cedes_jul_30-15/1?e=11240498/14522933 (acessado em 4 de Março de 2016); <https://es.zenit.org/articulos/el-salvador-los-obispos-se-muestran-preocupados-por-la-violencia-del-pais/> (acessado em 8 de Março de 2016).

[6] <http://hrbrief.org/2015/10/situacion-de-violencia-y-desplazamiento-interno-en-el-salvador/> (acessado em 4 de Março de 2016).

[7] <http://derechoyreligion.uc.cl/es/docman/boletin-juridico/2015/409-boletin-juridico-noviembre-2015/file> (acessado em 17 de Março de 2016).

[8] <http://www.catholic-hierarchy.org/country/scsv3.html>

[9] http://observatoriointernacional.com/wp-content/uploads/2014/09/EI_Salvador_Politica-Nacional-de-Juventud-y-Plan-de-Acci%C3%B3n-2011-2024.pdf (acessado em 8 de Março de 2016).